

LISTA DE EXERCÍCIOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA 2009

Julgue as afirmativas a seguir, identificando as falsas (F) e as verdadeiras (V).

1. () O seguinte registro no livro diário refere-se à anulação da liquidação da despesa na prática do Governo Federal:
D - Crédito Empenhado a Liquidar
C - Crédito Disponível
2. () Determinado ente público apresenta saldos apenas nas seguintes contas: Bancos, 13.000,00; Bens Móveis, 5.000,00 e Fornecedores, 3.500,00. No período, foram recebidos recursos de operações de crédito no total de 2.000,00 e adquiridos a prazo bens móveis no total de 9.500,00, metade dos quais foi doada a terceiros. Desconsiderando-se outras operações, pode-se afirmar que os montantes do resultado patrimonial e do novo saldo patrimonial, são respectivamente: déficit de 4.750,00 e ativo real líquido de 9.750,00.
3. () A receita de capital de um determinado balanço orçamentário totaliza 25,00. Se há superávit do orçamento corrente de 30,00 e déficit orçamentário global de 50,00, é correto afirmar que o montante da despesa de capital é 105,00.
4. () A realização da receita de alienação de bens imóveis é contabilizada em três subsistemas de contas. O subsistema patrimonial é usado para baixar os bens vendidos. O subsistema financeiro registra o ingresso de numerário. O subsistema orçamentário é utilizado para controlar a execução da receita orçamentária, por meio de contas do ativo e do passivo compensado.
5. () O subsistema patrimonial tem, entre outras, a função de registrar os saldos de quaisquer itens do ativo e passivo permanentes, bem como suas respectivas variações patrimoniais, tais como as superveniências ativas e passivas.
6. () As contas de variação patrimonial independentes da execução orçamentária compõem o subsistema patrimonial.
7. () O subsistema de compensação tem a função de controlar a execução e a previsão da receita, bem como a fixação e a execução da despesa, e ainda os bens, direitos e obrigações potenciais.
8. () Numa situação de equilíbrio, se o balanço orçamentário apresenta excesso de despesa de 500 e excesso de arrecadação de 1.100, então o resultado indicará um déficit de 1.600.
9. () Quando há superávit na previsão, pode-se afirmar que o orçamento apresentará resultado positivo na execução.
10. () Independentemente dos valores envolvidos, se a receita corrente supera a despesa corrente e a despesa de capital supera a receita de capital, o balanço orçamentário apontará uma situação de capitalização orçamentária.
11. () O déficit de previsão contribui para que o resultado orçamentário seja deficitário.
12. () A liquidação da despesa de aquisição de material de consumo contratado é registrada apenas nos subsistemas financeiro, patrimonial e orçamentário.
13. () A liquidação da despesa de aquisição de bens imóveis envolve contas do ativo, passivo, despesa e mutações ativas.
14. () O registro referente ao pagamento de restos a pagar envolve contas do ativo, do passivo e de variações ativas e passivas.

Professor Glauber Mota - Contabilidade Pública

15. () As contas do subsistema financeiro registram as receitas e despesas orçamentárias e extra-orçamentárias.
16. () No Plano de Contas da Administração Federal, as contas de controle da execução do orçamento da despesa estão no Ativo Compensado.
17. () As contas de interferências ativas e passivas orçamentárias registram especialmente as cotas, repasses e sub-repasses recebidos e concedidos, os quais são instrumentos utilizados na movimentação financeira entre unidades gestoras do Governo Federal.
18. () De acordo com o Plano de Contas Federal, as contas do Ativo Compensado são responsáveis pelo controle do orçamento aprovado da despesa.
19. () As insubsistências do ativo e as superveniências do passivo são exemplos de Decréscimos Patrimoniais.
20. () O balanço patrimonial de determinada entidade pública apresentava, no início do período, as seguintes contas: Bancos, 2.000 e Restos a Pagar Processados, 1.100. Após o registro das operações a seguir relacionadas, pode-se afirmar que o saldo patrimonial ao final do período totaliza 1.050 e o superávit financeiro, 700:
- realização da receita de serviços: 100
 - pagamento de restos a pagar: 150
 - recebimento de depósitos de terceiros: 90
 - realização da receita operações de crédito: 500
 - realização da despesa de concessão de empréstimos: 800
 - incorporação de bens doados por terceiros: 50
21. () A combinação de excesso de arrecadação com economia de despesa no balanço orçamentário sempre indica superávit.
22. () Segundo a Lei nº 4.320/64, a parcela da dívida fundada cuja amortização depende autorização legislativa está compreendida apenas no passivo permanente do balanço patrimonial.
23. () Conforme a Lei nº 4.320/64, o balanço financeiro deve evidenciar apenas os recebimentos e pagamentos de natureza orçamentária e extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie que vieram do período anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.
24. () Segundo a Lei nº 4.320/64, na demonstração das variações patrimoniais, os valores referentes à despesa orçamentária e às mutações patrimoniais da receita orçamentária devem ser evidenciados entre as variações passivas orçamentárias.
25. () As interferências ativas orçamentárias são contas que compõem o subgrupo Resultado Diminutivo Orçamentário do Plano de Contas da Administração Federal.
26. () Todos os fatos permutativos envolvem, simultaneamente, dois elementos patrimoniais, bem como duas variações patrimoniais (uma variação ativa e uma variação passiva).
27. () O passivo financeiro do balanço patrimonial compreende os compromissos exigíveis cujo pagamento não depende de autorização orçamentária, entre os quais se destacam: os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria.
28. () A demonstração das variações patrimoniais contempla todas as alterações quantitativas e qualitativas no patrimônio.
29. () Segundo a Lei nº 4.320/64, entre as receitas extra-orçamentárias do balanço financeiro devem ser evidenciados os valores referentes à despesa orçamentária empenhada e não paga no exercício financeiro.

Professor Glauber Mota - Contabilidade Pública

30. () O montante das cotas financeiras recebidas no decorrer do exercício é evidenciado nos balanços públicos. No balanço orçamentário, consta na coluna da receita executada. Na demonstração das variações patrimoniais, deve estar compreendido entre as variações ativas orçamentárias, com o título de interferências ativas. No balanço financeiro, aparece na coluna dos ingressos orçamentários, entre as transferências recebidas. No balanço patrimonial, é evidenciado no ativo financeiro.
31. () Todos os fatos permutativos de origem orçamentária envolvem dois elementos patrimoniais (um ativo e um passivo, dois ativos ou dois passivos), bem como duas variações patrimoniais (uma variação ativa e uma variação passiva). Assim, pode-se afirmar que em cada fato permutativo decorrente da arrecadação da receita ou da liquidação da despesa há uma mutação patrimonial.
32. () As variações patrimoniais passivas orçamentárias representam alterações diminutivas no patrimônio líquido, tais como a liquidação de despesas de pessoal, de juros, de serviços, bem como a de aquisição de bens permanentes.
33. () O recebimento da receita de serviços envolve uma variação patrimonial ativa resultante da execução orçamentária, enquanto a realização de operações de crédito decorrentes da emissão de títulos públicos envolve, simultaneamente, uma variação patrimonial ativa resultante da execução orçamentária e uma variação patrimonial passiva independente da execução orçamentária.
34. () A execução da receita e da despesa orçamentárias sempre será registrada por meio da utilização dos subsistemas financeiro e orçamentário, no mínimo.
35. () De acordo com a Lei nº 4.320/64, os itens de almoxarifado devem ser avaliados pelo preço médio ponderado das compras, enquanto os bens móveis e imóveis devem ser mensurados pelo preço de aquisição.
36. () Entre os objetos sujeitos a registro e evidenciação por parte da Contabilidade Pública, destaca-se o orçamento. Em razão disso, costuma-se afirmar que se trata de uma contabilidade orçamentária, pois cabe a esse ramo da Ciência Contábil o registro e acompanhamento de todas as etapas relativas ao ciclo orçamentário.
37. () Todas as variações patrimoniais ativas evidenciam alterações quantitativas ocorridas no patrimônio público, tais como o recebimento de tributos, a realização de operações de crédito, a inscrição de créditos em dívida ativa e a alienação de bens móveis.
38. () A liquidação da despesa de serviços é considerada uma variação patrimonial passiva orçamentária, enquanto a liquidação da despesa de aquisição de material de consumo envolve, simultaneamente, uma variação patrimonial ativa e uma variação patrimonial passiva.
39. () A receita e a despesa extra-orçamentárias são sempre registradas por meio da utilização do subsistema financeiro.
40. () De acordo com a Lei nº 4.320/64, os créditos e débitos devem ser evidenciados pelo seu valor nominal.
41. () As alterações qualitativas são oriundas de fatos permutativos resultantes ou independentes da execução orçamentária. As resultantes da execução da receita orçamentária são registradas em contas de receita e de mutação passiva. As independentes da execução orçamentária são registradas em contas de superveniências e insubsistências ativas e passivas.
42. () Conforme a Lei nº 4.320/64, a contabilidade aplicada aos entes públicos deve evidenciar os fatos ligados à administração orçamentária, patrimonial, financeira e industrial.
43. () O balanço financeiro deve evidenciar como receita extra-orçamentária as retenções e consignações em favor de terceiros efetuadas no momento do registro da liquidação da despesa orçamentária.
44. () Na área pública, em função do método adotado para a avaliação dos bens de almoxarifado, podem ocorrer ajustes contábeis por diferenças de arredondamento.

Professor Glauber Mota - Contabilidade Pública

45. () De acordo com a prática adotada no Governo Federal, a despesa orçamentária deve ser apropriada quando for verificado que empenhos foram liquidados. Esse procedimento é compatível com o regime de competência orçamentária empregado para despesa na área pública.
46. () A contabilidade pública revela as variações patrimoniais e mostra o valor do patrimônio público, indicando os resultados orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação.
47. () As mutações ativas são oriundas de fatos permutativos decorrentes da execução do orçamento da despesa, tais como a amortização de empréstimos e financiamentos.
48. () A aquisição de bens permanentes e a amortização da dívida externa são exemplos de mutações passivas.
49. () As superveniências ativas constituem fatos modificativos aumentativos da situação líquida patrimonial, como por exemplo a inscrição da dívida ativa e a valorização de bens imóveis.
50. () De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, a reavaliação consiste no ajuste ao valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for inferior ao valor líquido contábil.
51. () Uma das funções da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é refletir, sistematicamente, o ciclo da administração pública para evidenciar informações necessárias à tomada de decisões, à prestação de contas e à instrumentalização do controle social.
52. () Uma entidade pública apurou os seguintes custos na confecção de um armário: material, \$100; mão-de-obra, \$30 e energia elétrica, \$20. Então, dentro do que estabelece a Lei nº 4.320/64, o valor a ser utilizado para incorporação patrimonial é \$150.
53. () Uma nota fiscal de \$2.000 emitida pela Empresa de Serviços Gerais Ltda destacava: \$180 de impostos federais, \$220 de contribuição previdenciária e \$100 de impostos municipais. Se considerarmos que a empresa tinha sido punida em \$50 por uma inadimplência contratual, então o montante da despesa a ser contabilizada no momento da liquidação do empenho seria de \$1.950, mas o valor líquido a ser entregue ao fornecedor, apenas \$1.450.
54. () São exemplos de contas não-financeiras: dívida ativa, operações de crédito em títulos, empréstimos a receber, almoxarifado de material de consumo, provisão para férias, faturamentos a receber.
55. () As contas representativas de obrigações a pagar oriundas da execução do orçamento da despesa, tais como: pessoal a pagar, fornecedores e encargos sociais a recolher pertencem ao subsistema financeiro.
56. () Em todas as permutações ocorridas na execução do orçamento, há o envolvimento de contas de variação patrimonial da espécie mutações. O seu registro contábil é feito com a utilização de, no mínimo, três subsistemas de contas: financeiro, patrimonial e orçamentário.
57. () No balanço patrimonial de certo município, o ativo financeiro supera o passivo financeiro. Nessa situação, o balanço financeiro deverá apresentar também resultado positivo.
58. () Quando há déficit de previsão, pode-se afirmar que o orçamento apresentará resultado negativo na execução.
59. () Se a despesa corrente superar a receita corrente e a receita de capital superar a despesa de capital, é certo que terá ocorrido descapitalização orçamentária, todavia o resultado orçamentário poderá ser superavitário.
60. () A insuficiência de previsão contribui para que o resultado orçamentário seja superavitário.

Professor Glauber Mota - Contabilidade Pública

61. () A realização da despesa de concessão de empréstimos é registrada apenas com uso de contas do subsistema financeiro, orçamentário e compensação.
62. () A contabilização da amortização da dívida externa contratual envolve contas do ativo, passivo, despesa e mutações ativas.
63. () O registro referente ao cancelamento de restos a pagar envolve contas do passivo e de variações passivas.
64. () As contas do subsistema financeiro registram a despesa extra-orçamentária e também a liquidação da despesa orçamentária.
65. () No Plano de Contas da Administração Federal, as contas de controle da execução do orçamento da receita estão no Passivo Compensado.
66. () A movimentação de bens móveis entre unidades gestoras, no âmbito do Governo Federal, é registrada por meio de contas de interferências ativas e passivas extra-orçamentárias.
67. () As contas do Ativo Compensado, no Plano de Contas da Administração Federal, são responsáveis pelo controle da programação financeira aprovada a liberar.
68. () Um determinado órgão público comprou, a prazo, \$100 de matéria-prima, que foi utilizada na fabricação de uma mesa, que foi incorporada no patrimônio pelo total de \$180. Em seguida, a mesa foi vendida por \$210. Desconsiderando quaisquer outros dados, pode-se afirmar que o resultado dessas operações foi de 110.
69. () Se um balanço orçamentário apresenta economia de despesa de 90 e excesso de arrecadação de 210, então o resultado indicará um superávit global de 300.
70. () Se a execução de um balanço orçamentário evidencia superávit corrente de 1.010 e déficit de capital de 890, é possível afirmar que o resultado orçamentário positivo foi de 120 e que houve capitalização orçamentária no mesmo montante do déficit.
71. () A amortização da dívida fundada em contratos é registrada com uso de contas do subsistema financeiro, patrimonial, orçamentário e de compensação.
72. () O registro referente à inscrição da dívida ativa envolve contas do ativo e de mutações ativas.
73. () As superveniências ativas e as superveniências passivas são representadas pelos acréscimos patrimoniais no Plano de Contas da Administração Federal.
74. () A Lei nº 4.320/64 estabelece que títulos de renda em moeda estrangeira devem ser avaliados pelo seu valor nominal, convertido à taxa de câmbio média anual. As Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público dispõem que as disponibilidades são avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do balanço, mas a transação em moeda estrangeira deve ser convertida em moeda nacional, aplicando a taxa de câmbio oficial e vigente na data da transação.
75. () A Contabilidade Pública estuda, registra, controla e demonstra o orçamento aprovado e acompanha a sua execução.
76. () Os efeitos das operações decorrentes da execução orçamentária são evidenciados nos balanços orçamentário, financeiro e patrimonial e ainda na demonstração das variações patrimoniais, independentemente da natureza econômica da receita e da despesa.
77. () A Lei nº 4.320/64 dispõe que as previsões para depreciação serão computadas para efeito de apuração do saldo líquido das entidades com autonomia financeira e administrativa cujo capital pertença integralmente ao poder público. Todavia, as normas do Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis ao Setor Público estabelece que não estão sujeitos ao regime de depreciação os bens móveis de natureza cultural, os bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos de vida útil indeterminada, os animais que se destinam à exposição e à preservação e terrenos.

Professor Glauber Mota - Contabilidade Pública

78. () A concepção patrimonial da Contabilidade Pública, prevista na Lei nº 4.320/64 e regulamentada por meio dos Manuais de Receita e Despesa Nacional, bem como pelas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, orienta que as despesas devem ser reconhecida quando bens e serviços são consumidos. Todavia, no tocante às despesas orçamentárias, a contabilização ocorre já no momento da contratação.
79. () A contabilidade será organizada de modo a permitir o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e interpretação dos resultados econômicos e financeiros.
80. () O impacto das operações de caráter financeiro independentes da execução orçamentária é evidenciado apenas no balanço financeiro.
81. () A Contabilidade Aplicada ao Setor Público não revela as variações patrimoniais decorrentes da construção ou manutenção de bens de uso comum do povo, dado que são inalienáveis. Todavia, os bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos devem ser incluídos no ativo da entidade responsável pela sua administração ou controle, estejam, ou não, afetos a sua atividade operacional.
82. () Quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período. Os gastos posteriores à aquisição devem ser incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros deve ser reconhecido como despesa do período em que seja incorrido.
83. () A Lei nº 4.320/64 estabelece que haverá controle contábil dos direitos e obrigações oriundas de contratos em que a administração pública for parte.
84. () De acordo com a Lei nº 4.320/64, os bens móveis e imóveis estão sujeitos à reavaliação. Contudo, as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público dispõem que as reavaliações devem ser feitas utilizando-se o valor justo ou o valor de mercado na data de encerramento do Balanço Patrimonial, pelo menos anualmente, para as contas ou grupo de contas cujos valores de mercado variarem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados ou a cada quatro anos, para as demais contas ou grupos de contas.
85. () A Lei nº 4.320/64 não prevê a utilização dos métodos de avaliação de estoques denominados PEPS e UEPS e as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público estabelecem que os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, enquanto o método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Se o valor de aquisição for superior ao valor de mercado, este deve ser adotado.
86. () As contas Crédito Disponível e Crédito Contingenciado são exemplos de contas do subsistema de compensação, pois ambas fazem parte do passivo compensado do Plano de Contas da Administração Federal.
87. () São exemplos de contas do subsistema financeiro: fornecedores, pessoal a pagar, bancos conta movimento, dívida ativa e dívida fundada.
88. () São exemplos de contas do subsistema patrimonial: despesa corrente, despesa de capital, bens de estoque, patrimônio líquido e variações patrimoniais.
89. () As contas de resultado da contabilidade pública pertencem ao subsistema patrimonial, como é o caso das receitas, despesas, mutações, superveniências e insubsistências ativas e passivas.
90. () Na área pública, os bens móveis e imóveis, os direitos a receber e as obrigações a pagar compõem os subsistemas de contas financeiro e patrimonial.
91. () O registro da emissão de empenho é feito com a utilização do subsistema orçamentário e do financeiro, tendo em vista que o empenho da despesa cria obrigação de pagamento para a administração pública.
92. () Na unidade de origem, a conta a ser debitada no registro da movimentação de crédito adicional para outro órgão pode ser: Destaque Concedido ou Descentralização Externa de Crédito.

Professor Glauber Mota - Contabilidade Pública

93. () O registro a crédito em uma conta de variação passiva pode estar representando um fato como o cancelamento de restos a pagar.
94. () O consumo de bens de estoque provoca lançamento a débito da conta de despesa de material de consumo.
95. () Enquanto no Plano de Contas da Administração Federal o passivo é desdobrado de acordo com o grau decrescente de exigibilidade, no balanço patrimonial estabelecido pela Lei nº 4.320/64 destacam-se os elementos financeiros dos não financeiros e nas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público o passivo deve ser desdobrado em circulante e não circulante.
96. () O ativo permanente previsto pela Lei nº 4.320/64 é formado, entre outros, por bens de estoque, bens permanentes e dívida ativa.
97. () Conforme a Lei nº 4.320/64, o ativo financeiro compreende os valores e créditos cuja conversão em dinheiro não dependa de autorização orçamentária.
98. () Quando o saldo patrimonial é representado por passivo real descoberto, existe patrimônio líquido negativo, que deve ser demonstrado do lado da coluna do passivo, de conformidade com a Lei nº 4.320/64.
99. () O Plano de Contas da Administração Federal contém títulos contábeis necessários ao registro de todos os atos e fatos administrativos, concentrando as contas de controle nas classes Ativo Compensado e Passivo Compensado.
100. () O Plano de Contas da Administração Federal é caracterizado por apresentar uma estrutura distribuída em classes, grupos e subgrupos que contempla rubricas típicas da área empresarial e da área pública.
101. () A estrutura das contas do Plano de Contas da Administração Federal facilita a elaboração dos balanços públicos, com exceção do balanço patrimonial, em razão de sua estrutura seguir a da Lei 4.320/64, enquanto a estrutura do balanço patrimonial obedece à da Lei 6.404/76.
102. () A tabela de conta corrente contábil é um instrumento utilizado pelas unidades gestoras do SIAFI para transformar os atos e fatos administrativos rotineiros em registros contábeis automáticos.
103. () As obrigações a pagar oriundas da execução do orçamento da despesa, tais como fornecedores, são registradas no subsistema patrimonial em razão de comporem o balanço patrimonial.
104. () Os valores a receber oriundos da execução do orçamento da despesa, como por exemplo os empréstimos a receber, fazem parte do subsistema patrimonial.
105. () Os empréstimos a pagar oriundos da execução do orçamento da receita são registrados no subsistema patrimonial.
106. () A previsão da receita e a fixação da despesa são controladas em contas do subsistema de compensação em razão de comporem o ativo e o passivo compensado do Plano de Contas da Administração Federal.
107. () Contempla os elementos do ativo financeiro e do passivo financeiro, inclusive a receita e a despesa orçamentárias: subsistema financeiro.
108. () Todas as contas que entrarem em contrapartida (débito ou crédito) com receita e despesa orçamentária pertencem ao subsistema financeiro
109. () Na liquidação da despesa orçamentária podem surgir obrigações a pagar que, mesmo não envolvendo neste momento desembolso financeiro, são contas do subsistema financeiro.

Professor Glauber Mota - Contabilidade Pública

110. () Para elaboração de um balanço financeiro, foram coletados os seguintes dados:

Receita Arrecadada: 11.500

Despesa Empenhada: 9.000

Recebimento de Depósitos de Terceiros: 1.300

Pagamento de Restos a Pagar: 2.800

Disponível do Período Anterior: 15.600

Nessa situação, se a despesa paga foi de 8.500, é correto afirmar que o disponível para o período seguinte totalizava 17.100.

111. () As contas do subsistema orçamentário controlam a previsão e a arrecadação da receita, a dotação e a execução da despesa e a programação financeira vinculada ao orçamento.

112. () A utilização de cinco subsistemas de contas na área pública tem por fim, entre outros, facilitar o levantamento dos demonstrativos contábeis e possibilitar o cálculo do superávit financeiro.

113. () Segundo o Plano de Contas da Administração Federal, nos grupos de ativo e passivo compensados encontram-se os controles do orçamento, da programação financeira, dos restos a pagar, da dívida ativa entre outros.

114. () Dentro da estrutura do Plano de Contas da Administração Federal, no subgrupo 5.2.3.0.0.00.00 - Decréscimos Patrimoniais estão representadas as incorporações de passivos e as desincorporações de ativos.

115. () As “Mutações Ativas” demonstram o montante das despesas orçamentárias não efetivas, tais como: aquisição de material de consumo, aquisição de bens permanentes, amortização de empréstimos etc.

116. () Na demonstração das variações patrimoniais, o resultado da execução do orçamento da receita corresponde às receitas efetivas.

117. () A diferença entre o resultado orçamentário apurado no balanço orçamentário e o apurado na DVP é representado pelas mutações ativas e passivas e pelas interferências ativas e passivas.

118. () Um resultado negativo apurado na DVP deverá reduzir o Passivo Real Descoberto.

119. () Os aumentos de passivo financeiro devem compor os “Ingressos Extra-orçamentários”, enquanto as reduções são demonstradas nos “Dispêndios Extra-orçamentários”.

120. () Um sub-repasse deverá ser demonstrado entre os “Ingressos Extra-orçamentários”, dentro da metodologia empregado no âmbito do Governo Federal para o balanço financeiro.

121. () A elaboração do balanço financeiro requer o uso de contas de ativo financeiro, passivo financeiro, despesas, receitas e interferências, podendo ainda envolver contas de insubsistências.

122. () Considere os dados a seguir:

Bancos conta movimento, 750; Aplicações financeiras, 2.140; Estoques, 590; Bens Móveis, 1.210; Fornecedores, 980; Contribuições previdenciárias a recolher, 460; Saldo Patrimonial, 3.250.

Pela análise desses dados, pode-se afirmar que o superávit financeiro totaliza 1.450 e que a diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante é 2.040.

123. () Um lançamento contábil que envolva registro apenas nos subsistemas de contas financeiro e orçamentário pode caracterizar a arrecadação da receita de impostos ou a liquidação da despesa de serviços.

124. () O Plano de Contas da Administração Federal compõem-se de: relação de contas, tabela de órgãos setoriais de contabilidade, indicadores contábeis e tabela de eventos.

125. () Na Classe 3 – Despesa, as contas estão dispostas de acordo com a classificação econômica quanto à natureza.

126. () A receita orçamentária é controlada em contas do subsistema orçamentário compondo o Ativo Compensado e o Passivo Compensado do Plano de Contas da Administração Federal.

Professor Glauber Mota - Contabilidade Pública

127. () No Passivo Compensado do Plano de Contas da Administração Federal, a despesa é controlada pela “célula da despesa”, pelo “credor do empenho”, pelo “número do empenho” e pela “modalidade de licitação”.
128. () O balanço orçamentário demonstrará as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas e indicará o superávit financeiro do exercício.
129. () O balanço financeiro demonstrará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e indicará o resultado orçamentário do exercício.
130. () A demonstração das variações patrimoniais evidenciará a receita e a despesa orçamentária, bem como os pagamentos e recebimentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do ano anterior e os que passam para o exercício seguinte.
131. () O balanço patrimonial demonstrará os ativos e passivos financeiros, permanentes e as contas de compensação, bem como o saldo patrimonial.
132. () Com relação à tabela de eventos, o evento responsável pela contabilização da liquidação de obrigações referentes a despesas inscritas em restos a pagar é da classe 61.
133. () Em um código de evento, o número 1 na terceira posição indica evento complementar.
134. () Quando se utiliza o evento de classe 51.0.XXX em uma ordem bancária configura-se o pagamento de despesas orçamentárias.
135. () O evento 52.0.XXX deve ser usado na retenção de consignações em favor de terceiros.
136. () Os eventos de classe 20, 30 e 40 somente podem ser indicados em documentos específicos, tais como: Nota de Dotação, Nota de Movimentação de Crédito e Nota de Empenho.
137. () Na apropriação de despesas com fornecedores, o evento que registra as obrigações a pagar pertence à classe 52.
138. () Na descentralização de recursos financeiros entre unidades gestoras de um órgão, deve ser utilizado evento de classe 30.
139. () Se uma unidade orçamentária for descentralizar crédito via destaque para unidade de outro órgão, deverá utilizar evento de classe 51.
140. () O grupo de eventos que uma unidade irá utilizar para liquidar obrigações, sendo que na apropriação da despesa foi utilizada a contrapartida obrigações a pagar é 53.
141. () Para se registrar no Siafi a concessão de provisão, deve-se usar evento da classe 70 em um documento de sigla OB.
142. () A utilização do evento de classe 54.0.XXX em uma nota de lançamento poderá registrar o recebimento de uma receita extra-orçamentária.
143. () O registro de depósito efetuado por terceiros em conta banco da entidade deve ser feito por meio de eventos da classe 55 e 80.
144. () A classe da tabela de eventos utilizada no registro dos créditos suplementares é 30.
145. () A assinatura de contrato de serviço não afeta o patrimônio mas, no futuro, poderá afetá-lo. Dessa forma, seu registro no Siafi será procedido com um evento da classe 52.
146. () A classe da tabela de eventos que serve para registrar concessão de provisão é 30.

Professor Glauber Mota - Contabilidade Pública

147. () Para avaliar a afirmativa a seguir, desconsidere quaisquer outros dados. Operações financeiras realizadas: arrecadação da receita de tributos, 300; recebimento de depósitos de terceiros, 50; devolução de depósitos de terceiros, 30; pagamento da despesa de pessoal, 260. Com base nisso, é possível afirmar que o resultado da execução extra-orçamentária somente superaria o resultado da execução orçamentária, no balanço financeiro, se for inscrito restos a pagar em montante superior a 10.
148. () Os registros contábeis que envolvem, simultaneamente, os subsistemas financeiro, patrimonial, orçamentário e de compensação são referentes à execução da receita ou da despesa orçamentárias.
149. () As contas de variação ativa são creditadas em contrapartida a ativo ou a passivo.
150. () Um lançamento referente à anulação de despesa de aquisição de material permanente envolve, no subsistema patrimonial, um débito em conta de variação passiva e um crédito em conta de ativo.
151. () A emissão de uma nota de lançamento de sistema, no Siafi, pode indicar a liquidação da despesa orçamentária.
152. () O procedimento de controle para a verificação dos equipamentos e materiais permanentes em uso no órgão ou entidade é o inventário físico.
153. () A prestação de contas é o processo preparado pelo órgão de contabilidade analítica da administração indireta, referente aos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial.
154. () O recebimento da receita de serviços por uma unidade gestora do Siafi é contabilizado por meio de uma ordem bancária.
155. () O balanço financeiro é elaborado utilizando exclusivamente contas do subsistema financeiro existentes no Plano de Contas da Administração Federal nas classes de resultado diminutivo e aumentativo.
156. () A demonstração das variações patrimoniais é elaborada a partir das contas de resultado dos subsistemas financeiro e patrimonial.
157. () O balanço patrimonial é elaborado com a utilização de todas as contas dos subsistemas: financeiro, patrimonial e compensação do Plano de Contas da Administração Federal.
158. () O balanço orçamentário é elaborado a partir dos saldos das contas do subsistema orçamentário existentes no ativo e no passivo compensados do Plano de Contas da Administração Federal.
159. () Nas contas de compensação do balanço patrimonial, são evidenciados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos demais grupos que mediata ou indiretamente possam vir a afetar o patrimônio.
160. () No ativo financeiro do balanço patrimonial, devem ser evidenciados os bens de estoque, créditos e valores realizáveis independentemente da autorização orçamentária e os valores numerários.
161. () Os aumentos nos saldos das contas representativas de débitos do passivo financeiro e reduções de saldos das contas representativas de créditos do ativo financeiro são evidenciados na despesa extra-orçamentária no balanço financeiro.
162. () Devem ser demonstrados no passivo permanente as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate e os valores referentes ao serviço da dívida a pagar.
163. () As contas do subsistema financeiro registram a arrecadação da receita orçamentária, a liquidação e pagamento da despesa orçamentária e as liberações de recursos decorrentes da programação financeira vinculada ao orçamento, entre outros.
164. () A escrituração do recebimento da dívida ativa exige o uso de duas contas de resultado (receita e decréscimo patrimonial) e de contas de controle da receita, dentre outras.

Professor Glauber Mota - Contabilidade Pública

165. () A receita de operações de crédito, que é um fato permutativo, envolve apenas dois subsistemas de contas: financeiro (Bancos a Receita Tributária) e patrimonial (Mutação Passiva a Dívida Fundada).
166. () A apropriação da despesa orçamentária referente a juros e encargos da dívida mobiliária, que é registrada no subsistema financeiro e no subsistema orçamentário, envolve os seguintes grupos do Plano de Contas da Administração Federal: passivo circulante, passivo compensado e despesa corrente.
167. () Os saldos das contas dotação inicial, crédito disponível e crédito empenhado a liquidar, são, respectivamente: \$11.200, \$3.100 e \$6.600. Então, é possível afirmar que o montante já contabilizado de despesa, até o momento, é \$1.500.
168. () A estrutura do Plano de Contas da Administração Federal tem como objetivo, principalmente, realçar o estado patrimonial e suas variações, possibilitando através do mecanismo denominado de contas-correntes o controle individual de direitos, obrigações e de bens móveis e imóveis.
169. () O Plano de Contas da Administração Federal concentra as contas de controle da programação financeira, dos restos a pagar e dos atos administrativos nos grupos de compensado.
170. () O Plano de Contas da Administração Federal permite o acompanhamento das etapas de elaboração e aprovação da lei orçamentária, bem como controla a execução da receita e da despesa orçamentárias.
171. () De acordo com o Manual de Despesa Nacional o mecanismo de utilização das fontes de recursos implica no momento da liquidação do empenho da despesa o seguinte lançamento contábil no subsistema de compensação:
D - Disponibilidade por Destinação de Recursos – Comprometida
C - Disponibilidade por Destinação de Recursos – A Utilizar.
172. () O subsistema de compensação registra a descentralização orçamentária, realizada sob a forma de destaque ou provisão, entre as diversas unidades administrativas federais.
173. () O subsistema financeiro registra os recebimentos e devoluções de depósitos de terceiros.
174. () O subsistema orçamentário controla a dotação da despesa, a emissão de empenhos, sua anulação ou reforço, e ainda a liquidação e pagamento da despesa.
175. () De acordo com o Manual de Despesa Nacional, algumas vezes o momento da liquidação da despesa orçamentária não coincide com o fato gerador. No caso da assinatura anual de revista, o empenho e a liquidação (reconhecimento da despesa orçamentária) ocorrerão em momento anterior ao fato gerador. Então, deve ser apropriado um ativo relativo ao direito à assinatura anual e o reconhecimento da despesa por competência deverá ser feito mensalmente, nas contas do subsistema patrimonial da seguinte forma:
D - Variação Passiva Orçamentária

C - Assinaturas e Anuidades a Apropriar

176. () Um lançamento a débito de passivo financeiro e a crédito de ativo financeiro pode representar o registro de cancelamento de restos a pagar não processados.
177. () O grupo 5.2.2 do Plano de Contas da Administração Federal, denominado de Interferências Passivas, contempla a baixa de bens de almoxarifado por requisição para consumo
178. () Para que o balanço orçamentário apresente-se equilibrado, é necessário evidenciar os déficits corrente e de capital na coluna da receita e os superávits corrente e de capital na coluna da despesa.
179. () O balanço patrimonial, anexo próprio da Lei nº 4.320/64, demonstra os ativos e passivos circulantes, o realizável a longo prazo, o exigível a longo prazo, o permanente e o patrimônio líquido.
180. () No balanço financeiro, os restos a pagar demonstrados no grupo dos ingressos extra-orçamentários representam exatamente a parcela da despesa orçamentária liquidada e não paga.

Professor Glauber Mota - Contabilidade Pública

181. () O resultado orçamentário, que é apurado e evidenciado no balanço orçamentário, também pode ser calculado na demonstração das variações patrimoniais e no balanço financeiro.
182. () Registra os elementos do ativo financeiro e do passivo financeiro, inclusive as operações de crédito decorrentes da receita orçamentária: subsistema financeiro.
183. () Se há superávit orçamentário e financeiro é certo que encontraremos superávit patrimonial.
184. () Registra as garantias de contratos recebidas sob a forma de caução em dinheiro: subsistema de compensação e subsistema financeiro.
185. () Na liquidação da despesa de aquisição de serviços de terceiros vinculados a contratos observa-se que estão envolvidos os subsistemas de contas: financeiro, orçamentário e de compensação. O subsistema financeiro é acionado para registro do compromisso a pagar, o subsistema orçamentário é utilizado com a finalidade de controlar a execução da despesa orçamentária e, em razão da aquisição estar ajustada por meio de contrato, é necessário fazer registro no subsistema de compensação com a intenção de atualizar os controles de atos administrativos.
186. () Considerando que há superávit financeiro de 1.000,00, passivo permanente de 4.500,00, passivo real de 6.700,00, então pode-se afirmar que o ativo financeiro totaliza 3.200,00.
187. () Encontramos no subgrupo 6.2.3 - Acréscimos Patrimoniais do Plano de Contas da Administração Federal incorporação de ativos e desincorporação de passivos.
188. () Considerando que a Aplicada ao Setor Público utiliza o método das partidas dobradas, a conta a ser utilizada em contrapartida à "Dotação Inicial", por ocasião do registro da aprovação da lei orçamentária, é Crédito Disponível.
189. () A conta a ser debitada em contrapartida à 4.0.0.0.00.00 - Receita Orçamentária quando da arrecadação de recursos financeiros é 1.9.1.1.4.00.00 - Receita Realizada.
190. () Os restos a pagar não processados cancelados e com prescrição interrompida deverão comprometer o orçamento do ano de reconhecimento da dívida. Esse procedimento, na praxe do Governo Federal, provocará registro a crédito da conta Banco c/ Movimento, cuja contrapartida é a conta Fornecedores de Exercícios Anteriores.
191. () A conta a ser debitada no subsistema patrimonial quando do registro do cancelamento da Dívida Ativa é Decréscimos Patrimoniais.
192. () Numa situação de equilíbrio, a despesa realizada não poderá ser maior que a receita prevista.
193. () Se o ativo real é igual ao passivo real, pode-se afirmar que o resultado patrimonial é nulo.
194. () A existência simultânea de superávit no orçamento de capital e de déficit do orçamento corrente não será indicativo de enriquecimento patrimonial.
195. () A economia orçamentária decorrente de créditos especiais e extraordinários verificada em um ano é transferida automaticamente para o orçamento do exercício subsequente.
196. () As contas do subsistema orçamentário registram atos administrativos que não afetam o patrimônio público de imediato, mas que podem vir a afetá-lo, tais como: contratos e convênios.
197. () De acordo com a Lei nº 4.320/64, devem ser utilizados critérios distintos para evidenciação da despesa orçamentária nos balanços públicos. Na demonstração das variações patrimoniais identifica-se a despesa corrente e de capital, enquanto no balanço orçamentário, destaca-se por tipo de crédito. No balanço financeiro a despesa é segregada por função de governo, mas no balanço patrimonial, evidencia-se a financeira e a não financeira.
198. () Considere que em um balanço orçamentário a receita somava 1.210 e a despesa 1.110. Foram registradas mutações ativas de 50 e mutações passivas de 40. Com base nisso, pode-se afirmar que o resultado positivo decorrente da execução orçamentária, apurado na demonstração das variações patrimoniais, é 110.

Professor Glauber Mota - Contabilidade Pública

199. () Num determinado ente público, houve arrecadação de impostos no total de 10 e inscrição de restos a pagar não processados no total de 8. Desconsiderando outras transações, pode-se afirmar que o superávit financeiro do balanço patrimonial totalizou 2, mas o resultado financeiro do balanço financeiro foi 10.

200. () O resultado apurado no balanço orçamentário será idêntico ao resultado apurado na DVP, no caso em que a execução patrimonial extra-orçamentária for nula.

201. () A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece o reconhecimento de compromissos pelo regime de competência, tais como os decorrentes das provisões para férias, para 13º salário etc.

202. () Considerando que há empenhos a liquidar no montante de 20, empenhos liquidados a pagar totalizando 80 e empenhos pagos que somam 300, então a despesa do exercício financeiro é 400, mas o total de restos a pagar é apenas 100.

203. () O Sistema de Contabilidade Federal tem por finalidade registrar os atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial da União e evidenciar as operações realizadas pelos órgãos ou entidades governamentais e os seus efeitos sobre a estrutura do patrimônio da União, bem como os recursos dos orçamentos vigentes, as alterações decorrentes de créditos adicionais, as receitas prevista e arrecadada, a despesa empenhada, liquidada e paga à conta desses recursos e as respectivas disponibilidades.

204. () O Sistema de Contabilidade Federal compreende as atividades de avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual, da execução dos programas de governo e dos orçamentos da União e de avaliação da gestão dos administradores públicos federais, utilizando como instrumentos a auditoria e a fiscalização.

205. () As interferências ativas e passivas representam um dos mecanismos utilizados no âmbito da Contabilidade Pública com a intenção de atender o dispositivo previsto na LRF que estabelece a necessidade de excluir as operações intragovernamentais nas demonstrações conjuntas do ente público.

Considere que o quadro a seguir representa o balanço financeiro de um determinado ente público no exercício de X2:

Receita	\$	Despesa	\$
Receita de Tributos	90	Despesa de Pessoal	70
Receita de Serviços	20	Despesa de Serviços	10
Depósitos de Terceiros	10	Depósitos de Terceiros	7
IRRF a Recolher	15		
Restos a Pagar	55	Restos a Pagar	18
Bancos	60	Bancos	145
Total	250	Total	250

Julgue as afirmativas que seguem.

206. () Nessa situação, pode-se afirmar que o montante dos pagamentos do período foi de 35.

207. () O resultado financeiro do período foi positivo de 85.

208. () O resultado financeiro de natureza extra-orçamentária superou o resultado financeiro de natureza orçamentária em 25.

209. () Desconsiderando outros dados, pode-se afirmar que no passivo financeiro do balanço patrimonial havia dívidas de no mínimo 73.

210. () Considerando apenas as transações evidenciadas no balanço em exame, se em X1 foi inscrito um montante de 40 de restos a pagar, então pode-se afirmar que o saldo de restos a pagar no balanço patrimonial ao final de X2 é de 77.

211. () Se o superávit financeiro é 10, o ativo permanente é 90 e o passivo permanente é 40, então o ativo real líquido é 60.

$$AF - PF = 10$$

$$\underline{AP - PP = 50}$$

$$AR - PR = 60 \text{ (ARL)}$$

Professor Glauber Mota - Contabilidade Pública

212. (F) Determinado ente público apresenta em 31.12.X1 saldos nas seguintes contas: Despesa Empenhada, 1.030, Despesa Liquidada, 910 e Despesa Paga, 790. Com base nesses dados, pode-se afirmar que o montante dos restos a pagar do exercício é 230, mas o de restos a pagar não processados é apenas 120, decorrente da diferença entre a despesa liquidada e a paga.

213. () De acordo com a Lei nº 4.320/64, as cotas de receitas que uma entidade pública deva transferir a outra incluir-se-ão, como despesa, no orçamento da entidade obrigada à transferência e, como receita, no orçamento da que as deva receber. Esse mecanismo abrange as receitas e despesas de transferências intra e intergovernamentais, as quais passaram a ser registradas, por força de dispositivo estabelecido pelo órgão central de contabilidade da União, como interferências ativas e passivas orçamentárias.

214. () Considere que determinada entidade pública apresente em seu balanço de 31.12.X2 os seguintes saldos: Caixa, 800; Bancos conta Movimento, 15.100; Bancos conta Vinculada, 500; Aplicações Financeiras, 7.600; Dívida Ativa, 5.000; Depósitos e Cauções, 500; Consignações a Recolher, 2.000; Tributos Retidos a Recolher, 4.600; Fornecedores a Pagar, 8.000, Restos a Pagar Não Processados de X2, 9.000 e Operações de Crédito de Longo Prazo, 3.000. Com base nesses dados, pode-se afirmar que não foi cumprido dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto ao limite de inscrição de restos a pagar, pois a suficiência financeira era de 8.900.

215. () Considere as seguintes informações acerca da execução orçamentária de determinado ente público: Despesa a Empenhar, 2.000; Despesa a Liquidar, 10.000, Despesa a Pagar, 100 e Despesa Paga, 7.900. Com base nesses dados, pode-se afirmar que o montante de despesa empenhada é 18.000 e o de despesa liquidada é 8.000.

Quanto às variações patrimoniais previstas no artigo 100 da Lei nº 4.320/64, julgue as afirmativas a seguir:

216. () A realização da receita de alienação de bens por montante superior ao valor contábil líquido, além de envolver uma variação ativa resultante da execução orçamentária e uma variação passiva resultante da execução orçamentária, também envolve variação passiva independente da execução orçamentária, para registrar a reversão da depreciação acumulada.

217. () De acordo com o Manual de Receita Nacional, o reconhecimento da receita, sob o enfoque patrimonial, consiste na aplicação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade para reconhecimento da variação ativa ocorrida no patrimônio, em contrapartida ao registro do direito no momento da ocorrência do fato gerador, antes da efetivação do correspondente ingresso de disponibilidades. O lançamento do direito no subsistema patrimonial é:

D – Ativo Circulante – Créditos a Receber

C – Variação Ativa Extraorçamentária

O processo de escrituração na Contabilidade Pública envolve cinco subsistemas de contas: financeiro, patrimonial (contas não financeiras), orçamentário, custos e de compensação. Acerca desse assunto julgue as afirmativas a seguir:

218. () São exemplos de contas não-financeiras: dívida ativa, operações de crédito em títulos, empréstimos a receber, almoxarifado de material de consumo, provisão para férias, faturamentos a receber.

219. () As contas Crédito Disponível e Crédito Contingenciado são exemplos de contas do subsistema de compensação, pois ambas fazem parte do passivo compensado do Plano de Contas da Administração Federal.

220. () O registro da emissão de empenho é feito com a utilização do subsistema orçamentário e do financeiro, tendo em vista que o empenho da despesa cria obrigação de pagamento para a administração pública.

221. () Na unidade de origem, a conta a ser creditada no registro da movimentação de crédito adicional para outro órgão pode ser: Destaque Concedido ou Descentralização Externa de Crédito.

O Plano de Contas da Administração Federal consiste em uma base de dados referente à execução orçamentária, financeira e patrimonial que auxilia os gestores na tomada de decisão. Com relação a esse importante instrumento contábil, julgue as afirmativas a seguir.

222. () Considere que em um determinado balancete, elaborado nos moldes no Plano de Contas da Administração Federal, encontram-se as seguintes contas e respectivos saldos: dotação inicial, 800; dotação adicional, 160; crédito empenhado a liquidar, 220 e crédito empenhado liquidado, 510. Com base unicamente nesses dados, pode afirmar que a disponibilidade orçamentária totaliza 230 e que o montante em potencial a ser inscrito em restos a pagar não processados é 220, no presente momento.

Professor Glauber Mota - Contabilidade Pública

223. () No Plano de Contas da Administração Federal, a variação patrimonial decorrente da inscrição da dívida ativa está representada na classe 4 - Receita, enquanto a variação oriunda do seu cancelamento faz parte da classe 5 - Resultado Diminutivo.

224. () A dívida fundada pode ser evidenciada nos grupos Passivo Circulante e Passivo Exigível a Longo Prazo do Plano de Contas da Administração Federal, que utiliza a seguinte rubrica contábil: "Operações de Crédito".

225. () De acordo com o Manual de Receita Nacional, não devem ser reconhecidos como receita orçamentária os recursos financeiros oriundos de superávit financeiro e de cancelamento de despesas inscritas em restos a pagar. O primeiro consiste no restabelecimento de saldo de disponibilidade comprometida, originária de receitas arrecadadas em exercícios anteriores. O segundo trata-se de saldo financeiro e não de nova receita a ser registrada.

Considerando que a Lei nº 4.320/64 estabelece normas e padrões para aplicação no âmbito da Contabilidade Aplicada à Administração Pública, julgue os itens a seguir.

226. () A Lei nº 4.320/64 determina a utilização do método de avaliação de bens de almoxarifado denominado preço médio ponderado das compras, bem como a avaliação dos bens móveis e imóveis pelo preço de aquisição ou custo de produção ou construção. Todavia, prevê que poderão ser feitas reavaliações de todos esses bens.

227. () A dívida fluante compreende os restos a pagar, os serviços da dívida, os depósitos e os débitos de tesouraria. O registro dos restos a pagar far-se-á por exercício e por natureza da despesa, distinguindo-se as despesas processadas das não processadas.

Considerando o processo de escrituração do Governo Federal e a segregação das contas em subsistemas independentes, julgue os itens seguintes.

228. () Em todas as permutações ocorridas na execução do orçamento, há o envolvimento de contas de variação patrimonial da espécie mutações. O seu registro contábil é feito com a utilização de, no mínimo, três subsistemas de contas: financeiro, patrimonial e orçamentário.

229. () As contas de resultado da contabilidade pública pertencem ao subsistema patrimonial, como é o caso das receitas, despesas, mutações, superveniências e insubsistências ativas e passivas.

230. () Considere os seguintes dados relativos a um balancete de um ente público referente a 31.12.X1: Bancos Conta Movimento, 5.900; Prêmios de Seguro a Apropriar, 2.000; Estoques, 590; Adiantamento de Auxílio Natalidade, 400; Bens Móveis, 1.210; Dívida Ativa, 4.000; Empréstimos e Financiamentos a Receber, 4.500; Fornecedores, 1.500; Operações de Crédito a Longo Prazo, 7.000; Provisões para Contingências, 2.200; Pessoal a Pagar, 3.300. Se há saldos de empenhos não liquidados no total de 4.700, deve o ente cancelar o montante mínimo de 3.200 de empenhos para evitar a inscrição em restos a pagar de despesas não liquidadas, em volume superior ao estabelecido pela legislação.

Com relação aos conceitos, objetivos, documentos e características do Sistema SIAFI, julgue as afirmativas a seguir.

231. () Um dos objetivos do SIAFI, a automatização da escrituração permite a padronização dos procedimentos relativos à execução orçamentária, financeira e patrimonial, bem como a unificação dos recursos financeiros.

232. () São documentos do SIAFI utilizados no registro dos atos e fatos referentes à execução orçamentária: a nota de dotação, a nota de movimentação de crédito, a nota de empenho, a nota de liquidação e nota de pagamento.

233. () O SIAFI é um conjunto de sistemas de informática segregados por exercício financeiro cuja estrutura é desdobrada em subsistemas, módulos e transações. Entre os subsistemas do SIAFI encontram-se: ADMINISTRA, CONTABIL, CPR, DOCUMENTO etc.

O processo de escrituração da execução orçamentária, no âmbito da Contabilidade Aplicada ao Setor Público Federal, tem como característica a utilização de um grande número de contas de controle. Julgue as afirmativas a seguir acerca desse assunto.

234. () O registro referente à alienação de bens envolve os subsistemas de contas financeiro, patrimonial e orçamentário. O lançamento efetuado no subsistema orçamentário pode ser representado assim:

Débito: Receita a Realizar

Crédito: Receita Realizada

Professor Glauber Mota - Contabilidade Pública

235. () De forma sintética, a apuração de resultado patrimonial aumentativo pode ser contabilizada a débito da conta Resultado Apurado (6.3.0.0.0.00.00) e a crédito da conta Patrimônio Líquido (2.4.0.0.0.00.00), na praxe do Governo Federal.

236. () Considere o seguinte resumo da folha de pagamento de pessoal: salários, 300; contribuição patronal para o PSSS, 30; contribuição funcional para o PSSS, 30; imposto de renda retido na fonte, 70; e adiantamento de salário-família, 10. Com base nesses dados, é possível afirmar que o lançamento contábil respectivo pode ser representado assim:

Débito: Despesa de pessoal	300
Débito: Adiantamento salário-família	10
Crédito: Contribuição funcional para o PSSS a recolher	30
Crédito: Imposto de renda retido na fonte a recolher	70
Crédito: Salários a pagar	210

Considere as seguintes transações realizadas por um determinado ente público:

- recebimento de cauções em dinheiro em garantia de contratos no total de 100;
- recebimento de cauções em títulos para garantia de contratos no total de 300;
- recebimento de impostos no total de 1.000;
- realização de operações de crédito de longo prazo no total de 2.000;
- liquidação de despesa de pessoal no total de 700;
- liquidação de despesa de aquisição de bens no total de 2.100;
- devolução de cauções em dinheiro no total de 80;
- devolução de cauções em títulos no total de 300;

Com base unicamente nesses dados, julgue as afirmativas a seguir.

237. () O resultado orçamentário ao final do período foi superávit de 200, devendo ser evidenciado na coluna da despesa do balanço orçamentário.

238. () O montante acrescentado ao saldo patrimonial no período foi de 220 e deve ser evidenciado com a denominação de ativo real líquido no balanço patrimonial.

239. () As variações patrimoniais ativas e passivas, ocorridas no período, resultantes da execução orçamentária foram de 5.100 e de 4.800, respectivamente. Todavia, o resultado da execução extra-orçamentária foi apenas de 20.

240. () A partir do balanço financeiro elaborado pelo método movimento indireto, pode-se afirmar que a gestão financeira sofreu impactos positivos de natureza orçamentária e extra-orçamentária. No primeiro caso, foi de 3.000 e, no segundo, de 20.

Professor Glauber Mota - Contabilidade Pública

241. () Em geral, o resultado da execução orçamentária pode ser obtido por meio da comparação do desempenho da receita com o desempenho da despesa. Todavia, numa situação de desequilíbrio orçamentário, é necessário computar o resultado da previsão orçamentária.

Considere o quadro a seguir, extraído da internet, referente à execução orçamentária de determinada Prefeitura Municipal (em R\$).

Receita			Despesa		
Títulos	Parcial	Total	Títulos	Parcial	Total
Receitas Correntes			Despesas Correntes		
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.052.904,35		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.837.724,40	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	900.715,81		JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	203.291,34	
RECEITA PATRIMONIAL	292.493,61		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.600.110,16	14.641.125,90
RECEITA DE SERVIÇOS	88.402,08				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.974.352,76				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.306.231,53				
(-) Dedução para o FUNDEB	-1.091.143,00	16.523.957,14			
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias			Despesas Correntes Intra-Orçamentárias		
			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	727.463,95	
			JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	120,24	727.584,19
			Superávit		1.155.247,05
Totais		16.523.957,14	Totais		16.523.957,14
Superávit Orçamento Corrente		1.155.247,05			
Receitas de Capital			Despesas de Capital		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.544.303,99	1.544.303,99	INVESTIMENTOS	3.074.244,00	
			AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	484.789,31	
			INVESTIMENTOS	30.000,00	
			AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	12.024,54	3.601.057,85
Déficit		901.506,81			
Totais		3.601.057,85	Totais		3.601.057,85

242. (F) A composição de um balanço orçamentário, a partir dos títulos e valores evidenciados no quadro anterior, permitiria afirmar que a linha de “total” apresentaria o montante de R\$18.969.767,94 e que houve descapitalização orçamentária no total de R\$2.056.753,86.

A Lei de Responsabilidade Fiscal aperfeiçoou os instrumentos públicos de evidenciação. Julgue as afirmativas a seguir no tocante a esse assunto.

243. () De acordo com a LRF, a demonstração das variações patrimoniais dará destaque à origem e ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos e dos decorrentes da constituição de dívidas. Dessa forma, pode-se afirmar que a alienação de bens e as operações de crédito não deverão financiar despesas correntes, salvo decisão judicial, em relação exclusivamente ao regime de previdência dos servidores.

244. () As transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal dependente deverão estar compreendidas nas demonstrações contábeis, isolada ou conjuntamente, ressalvadas as operações intragovernamentais que somente serão evidenciadas nas demonstrações conjuntas.

Com relação às peculiaridades da Contabilidade Aplicada aos Entes Públicos Federais, previstas na legislação aplicável, julgue as afirmativas a seguir.

245. () A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância das vedações legais, tais como: a utilização de qualquer procedimento pelos ordenadores de despesa que viabilize a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e a realização de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial no âmbito do SIAFI, após o último dia do exercício, exceto para fins de apuração do resultado, os quais deverão ocorrer até o trigésimo dia de seu encerramento.

Professor Glauber Mota - Contabilidade Pública

246. () De acordo com o Manual de Receita Nacional, o cancelamento de Restos a Pagar não se confunde com o recebimento de recursos provenientes de despesas pagas em exercícios anteriores que devem ser reconhecidos como receita orçamentária.

247. () Os ordenadores de despesa e os órgãos setoriais de contabilidade deverão providenciar o bloqueio, no SIAFI ou no SIASG, das dotações orçamentárias, das autorizações para execução e dos pagamentos relativos aos subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves informados pelo Tribunal de Contas da União, permanecendo a execução física, orçamentária e financeira dos contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos em que foram identificados os indícios, condicionada à adoção de medidas saneadoras pelo órgão ou entidade responsável, sujeitas à prévia deliberação da Comissão Mista de Orçamento.

Os procedimentos empregados nos registros contábeis no âmbito do Governo Federal dão-se por meio de instrumentos como o SIAFI, o plano de contas e a tabela de eventos. Examine as afirmativas a seguir no tocante a esse assunto.

248. () Sujeição dos procedimentos orçamentários e financeiros dos órgãos e entidades contemplados com dotação nos orçamentos fiscal e seguridade social ao tratamento padrão do SIAFI, incluindo o uso do plano de contas do Governo Federal, é uma característica da forma de acesso on-line.

249. () O registro do recebimento da receita de serviços pode ser efetuado no âmbito da tabela de eventos com uso de eventos das classes 55.x.xxx e 80.x.xxx.

250. () As contas Cota Financeira a Receber e Cota Financeira Recebida pertencem, respectivamente, aos grupos de ativo compensado e de passivo compensado.

Determinado Estado da Federação, no seu primeiro ano de atividades, aprovou uma lei de orçamento com o seguinte detalhamento: Receitas Previstas, 900 (tributos, 390; contribuições para o Plano de Seguridade do Servidor, 110; operações de crédito, 400) e Despesas Fixadas, 900 (pessoal, 290; serviços, 50; transferências constitucionais, 180; aquisição de imóveis, 380). Considerando que todas as receitas foram arrecadadas e todas as despesas foram liquidadas, julgue as afirmativas a seguir.

251. () No final do primeiro ano de atividades, o balanço patrimonial apresenta um ativo real no montante de 1.280 e um passivo real descoberto de 20.

252. () A demonstração das variações patrimoniais evidencia, ao final do ano, um total de variações passivas de 1.300 e um resultado patrimonial negativo de 20.

253. () Caso essa situação se repetisse no segundo ano de atividades, o Ente teria ultrapassado o limite de dívida consolidada e, conforme prevê a legislação, deveria reconzudi-la ao limite em até oito meses.

Com relação aos registros contábeis típicos da Contabilidade Aplicada à Administração Pública, examine as questões a seguir.

254. () Uma entidade pública federal que apresenta a conta “Provisão para 13º Salário” no seu balanço deve efetuar a sua baixa a crédito da conta Acréscimo Patrimonial, em razão da liquidação do empenho da despesa respectiva.

255. () O registro decorrente da descentralização financeira do órgão central de programação financeira da União para os setoriais envolve débito e crédito em contas de interferências passivas e ativas.

Supondo a seguinte situação das rubricas de controle contábil da despesa orçamentária de determinada unidade gestora do Governo Federal, responda as questões que se seguem:

- Dotação inicial: 3.600
- Dotação adicional: 100
- Dotação contingenciada: 1.150
- Dotação descentralizada para outra unidade: 340
- Dotação empenhada a liquidar: 460
- Dotação empenhada, liquidada a pagar: 550
- Dotação empenhada, liquidada e paga: 1.000

256. () O montante da dotação empenhada é 2.010, enquanto o da dotação liquidada é 1.550.

Professor Glauber Mota - Contabilidade Pública

257. () O montante da dotação autorizada é 3.700, mas a disponibilidade orçamentária para novos empenhos é de apenas 1.490.

Considere o seguinte quadro extraído do relatório resumido da execução orçamentária de determinado Ente da Federação e julgue as afirmativas a seguir.

Balço Orçamentário - Janeiro a Fevereiro de 20X1 – R\$ Milhares

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZADA NO EXERCÍCIO	SALDO A REALIZAR		
		(a)	(b)	(a-b)		
RECEITAS CORRENTES	13.382.064	13.382.523	2.192.743	11.189.779		
Receita Tributária	7.760.919	7.760.919	1.254.730	6.506.189		
Receita de Contribuições	1.133.301	1.133.301	183.742	949.559		
Receita Patrimonial	207.269	207.269	21.504	185.766		
Receita Agropecuária	1.213	1.213	-	1.213		
Receita Industrial	94	94	-	94		
Receita de Serviços	72.751	72.751	4.660	68.091		
Transferências Correntes	4.937.920	4.937.920	805.011	4.132.909		
Outras Receitas Correntes	488.408	488.866	127.065	361.801		
Retificação da Receita	-1.219.811	-1.219.811	-203.969	-1.015.842		
RECEITAS DE CAPITAL	1.126.855	1.126.855	39.327	1.087.528		
Operações de Crédito	799.782	799.782	36.980	762.802		
Alienação de Bens	145.615	145.615	1.498	144.117		
Amortização de Empréstimos	3.000	3.000	-	3.000		
Transferências de Capital	175.008	175.008	849	174.159		
Outras Receitas de Capital	3.450	3.450	-	3.450		
Subtotal das Receitas(I)	14.508.919	14.509.378	2.232.071	12.277.307		
OPER. CRÉDITO-REFINANCIAMENTO (II)	-	-	-	-		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTOS (III)=(I+II)	14.508.919	14.509.378	2.232.071	12.277.307		
DÉFICIT(IV)	-	-	-	-		
TOTAL(III+IV)	14.508.919	14.509.378	2.232.071	12.277.307		
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	459	-		

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADA NO EXERCÍCIO	LIQUIDADADA NO EXERCÍCIO	SALDO
	(c)	(d)	(e)=(c+d)	(f)	(g)	(e-g)
DESPESAS CORRENTES	11.851.823	-2.726	11.849.098	1.671.747	1.582.434	10.266.664
Pessoal e Encargos Sociais	5.736.607	0	5.736.607	921.157	909.384	4.827.223
Juros e Encargos da Dívida	778.269	0	778.269	84.222	84.122	694.147
Outras Despesas Correntes	5.336.947	-2.726	5.334.222	666.367	588.927	4.745.294
DESPESAS DE CAPITAL	2.625.596	3.184	2.628.780	223.779	208.139	2.420.641
Investimentos	1.544.975	3.184	1.548.159	40.688	25.050	1.523.109
Inversões Financeiras	216.460	0	216.460	22.852	22.850	193.610
Amortização da Dívida	864.161	0	864.161	160.239	160.239	703.922
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	31.500	0	31.500	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VIII)	14.508.919	459	14.509.378	1.895.526	1.790.573	12.718.805
AMORT. DÍVIDA - REFINANCIAMENTO(IX)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (X) = (VIII + IX)	14.508.919	459	14.509.378	1.895.526	1.790.573	12.718.805
SUPERÁVIT(XI)	-	-	-	-	441.497	-
TOTAL (XII) = (X+XI)	14.508.919	459	14.509.378	1.895.526	2.232.071	12.718.805

258. () Pela análise dos dados do quadro apresentado é possível afirmar que houve abertura de créditos adicionais no total de R\$3.184 Mil, sendo R\$2.726 Mil à conta de anulação de dotação e R\$459 Mil à conta de reserva de contingência.

Professor Glauber Mota - Contabilidade Pública

259. () O balanço orçamentário apresentado evidencia, ao final de fevereiro, resultado orçamentário positivo, o qual pode ser explicado pelo confronto entre o desempenho da despesa (R\$12.718.805 Mil) e o desempenho da receita (R\$12.277.307 Mil) ou ainda pela diferença entre os resultados corrente (superávit de R\$610.309 Mil) e de capital (déficit de R\$168.812 Mil).

260. () A receita de contribuições realizada não seria suficiente para fazer face ao serviço da dívida.

GABARITO LISTA DE EXERCÍCIOS DE CONTAB. PÚBLICA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
F	V	V	F	V	V	F	F	F	V

11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
V	F	V	F	V	F	V	V	V	V

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
V	V	F	V	F	F	V	F	V	F

31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
V	F	F	V	V	F	F	V	V	V

41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
F	V	V	V	V	F	F	F	V	F

51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
V	V	F	V	V	V	F	F	V	V

61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
F	V	F	V	F	V	V	V	V	V

71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
V	F	F	F	V	V	V	F	V	F

81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
F	V	V	V	V	F	F	F	F	V

91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
F	V	F	F	V	V	V	F	F	V

101	102	103	104	105	106	107	108	109	110
F	F	F	V	V	F	V	V	V	V

111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
F	V	V	V	F	V	V	F	V	F

121	122	123	124	125	126	127	128	129	130
V	V	V	F	V	V	V	F	F	F

131	132	133	134	135	136	137	138	139	140
V	V	F	V	V	V	V	F	F	V

141	142	143	144	145	146	147	148	149	150
F	F	V	F	F	V	V	V	V	F

151	152	153	154	155	156	157	158	159	160
V	V	V	F	F	V	F	V	V	F

161	162	163	164	165	166	167	168	169	170
F	F	V	F	F	V	V	V	V	F

Professor Glauber Mota - Contabilidade Pública

171	172	173	174	175	176	177	178	179	180
V	F	V	F	F	F	F	V	F	F

181	182	183	184	185	186	187	188	189	190
V	F	F	F	V	V	V	V	F	F

191	192	193	194	195	196	197	198	199	200
V	V	F	V	F	F	F	V	V	F

201	202	203	204	205	206	207	208	209	210
V	V	V	F	V	V	V	V	V	V

211	212	213	214	215	216	217	218	219	220
V	F	F	V	V	F	V	V	F	F

221	222	223	224	225	226	227	228	229	230
V	V	F	V	F	F	F	V	F	V

231	232	233	234	235	236	237	238	239	240
F	F	V	F	V	F	V	F	F	F

241	242	243	244	245	246	247	248	249	250
V	F	F	F	V	V	V	F	V	F

251	252	253	254	255	256	257	258	259	260
V	V	F	F	V	V	F	F	V	V